



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CÓPIA • CÓPIA • CÓPIA

01 A Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/2023, introduziu o parágrafo terceiro ao art. 145 da Constituição Federal, que trata de Princípios Constitucionais. Sobre isso é correto afirmar que

(A) o Princípio da Simplicidade é a novidade com relação ao recém-criado ordenamento jurídico tributário, pois os demais princípios já existiam na Constituição Federal, especialmente na parte do Sistema Tributário Nacional.

(B) a reunião em um único parágrafo dos princípios da simplicidade, da cooperação e da defesa do meio ambiente revelam a novidade com relação ao recém-criado ordenamento jurídico tributário.

(C) os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente reunidos em um único parágrafo norteando o recém-criado ordenamento jurídico são a novidade.

(D) os princípios da simplicidade, da cooperação e da defesa do meio ambiente já norteavam o ordenamento jurídico tributário nacional, não consistindo em novidade introduzida pela Emenda Constitucional.

(E) a novidade introduzida pela Emenda Constitucional para nortear o recém-criado ordenamento jurídico tributário consiste na previsão dos princípios da cooperação e da justiça tributária, sendo os demais já existentes na Constituição Federal Tributária.

02 Sobre o Princípio da Transparência, em relação à matéria tributária, é correto afirmar o seguinte:

(A) foi a Emenda Constitucional nº 132 de 20/12/2023 que trouxe ao ordenamento jurídico tributário a previsão da necessidade de transparência dos tributos.

(B) antes da Emenda Constitucional nº 132 de 20/12/2023, os tributos no Brasil não precisavam observar a transparência pela inexistência de previsão constitucional sobre a matéria.

(C) o § 5º do art. 150 da Constituição Federal já previa o Princípio da Transparência dos impostos sem necessidade de lei infraconstitucional para regulamentá-lo.

(D) o § 5º do art. 150 da Constituição Federal já previa o Princípio da Transparência dos impostos sem necessidade de lei infraconstitucional para regulamentá-lo, mas impondo a cada lei que cria tributos prever expressamente sua observância.

(E) a Lei nº 12.741, de 08/12/2012, dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do art. 150 da Constituição Federal, regulamentando o Princípio da Transparência dos impostos já previsto.

03 É correto afirmar que a Constituição Federal, ao prever o Princípio do Não-Confisco,

(A) no parágrafo primeiro do art. 145, se atém aos impostos.

(B) no *caput* art. 150, envolve todos os tributos, e não apenas os impostos.

(C) no art. 150, IV, envolve todos os tributos e as multas em limites parametrizados pelo Supremo Tribunal Federal, como nos Temas 863 e 487.

(D) no parágrafo primeiro do art. 145, envolve os tributos e as multas em limites parametrizados pelo Supremo Tribunal Federal, como nos Temas 863 e 487.

(E) no art. 150, IV, envolve todos os tributos, mas, com relação às penalidades tributárias, como não estão previstas expressamente, o STF, nos Temas 863 e 487, afastou a sua aplicabilidade.

04 Sobre a Reforma Tributária, prevista pela Emenda Constitucional nº 132/2023, ao introduzir o Princípio da Defesa do Meio Ambiente no Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que

(A) a criação do chamado IVA dual observa esse Princípio da Defesa do Meio Ambiente ao reduzir cinco tributos, transformando-os em dois, quais sejam CBS e IBS.

(B) a criação do Imposto Seletivo leva em consideração esse Princípio da Defesa do Meio Ambiente ao criar tributação sobre bens e serviços que geram danos ao Meio Ambiente.

(C) o novo IBS e CBS não precisam observar o Princípio da Defesa do Meio Ambiente em razão da criação do novo Imposto Seletivo.

(D) estados que queiram realizar políticas tributárias em observância ao Princípio da Defesa do Meio Ambiente não precisam de leis próprias em face da previsão constitucional.

(E) estados que previam o ICMS ecológico diante do novo Princípio da Defesa do Meio Ambiente precisarão alterar suas leis para adequá-las ao novo princípio constitucional.

05 Sobre a Reforma Tributária e o Princípio da Capacidade Contributiva é correto afirmar que

- (A) a Reforma observou o princípio da neutralidade que se sobrepõe à capacidade contributiva, não sendo possível conciliar ambos os princípios.
- (B) a Reforma considerou o princípio da capacidade contributiva ao criar mecanismo como “cash back”.
- (C) a Reforma desconsiderou o princípio da capacidade contributiva ao criar o mecanismo do “cash back”.
- (D) o mecanismo do “cash back” toma como base o princípio da neutralidade, sem atentar ao princípio da capacidade contributiva.
- (E) o mecanismo do “cash back” criado pela Reforma Tributária considera o princípio da capacidade contributiva, afastando a capacidade econômica do contribuinte.

06 Em 2025, o Estado do Pará alterou a sua Lei do IPVA, pela Lei nº 11.233, de 22/10/2025, para incluir isenção do imposto sobre veículos elétricos. Essa alteração legislativa observou que o valor do veículo objeto da isenção é de até

- (A) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), levando em consideração o princípio da capacidade contributiva, da defesa do meio ambiente e da justiça tributária.
- (B) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), levando em consideração o princípio do não-confisco.
- (C) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), levando em consideração o princípio da neutralidade.
- (D) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), levando em consideração o princípio da isonomia.
- (E) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), levando em consideração o princípio da autonomia das pessoas constitucionais e da neutralidade.

07 Com a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo que criou o IVA dual contemplando IBS e CBS, os Estados que possuíam, em 30 de abril de 2023, fundos destinados a investimentos em obras de infraestrutura e habitação e financiados por contribuições sobre produtos primários e semielaborados estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relativos ao imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal,

- (A) poderão instituir contribuições semelhantes, não vinculadas ao referido imposto.
- (B) não poderão instituir contribuições semelhantes.
- (C) precisarão indicar ao Comitê Gestor a necessidade de recomposição de receita.
- (D) poderão instituir contribuições semelhantes, não vinculadas ao referido imposto, desde que tenham previsto em Decreto a necessidade de criação normativa específica.
- (E) para instituir contribuições semelhantes, não vinculadas ao referido imposto, precisarão de autorização do Comitê Gestor.

08 Sobre a autorregularização fiscal do contribuinte no âmbito da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará é correto afirmar o seguinte:

- (A) a autorregularização fiscal não é correlacionada na Lei estadual dos procedimentos administrativos tributários como uma espécie de denúncia espontânea.
- (B) considerando o direito do contribuinte à denúncia espontânea, o contribuinte deverá ser comunicado sobre a constatação de indício de irregularidade, ficando a salvo das penalidades previstas na legislação do tributo, ainda que opte por não sanar a irregularidade no prazo indicado na comunicação.
- (C) o contribuinte não poderá ser comunicado sobre a constatação de indício de irregularidade, ficando a salvo das penalidades previstas na legislação de regência do tributo, pois isso fere o princípio da indisponibilidade dos bens públicos.
- (D) a critério da Secretaria de Estado da Fazenda, o contribuinte poderá ser comunicado sobre a constatação de indício de irregularidade, ficando a salvo das penalidades previstas na legislação do tributo, desde que sane a irregularidade no prazo indicado na comunicação.
- (E) o contribuinte, para ser comunicado sobre a constatação de indício de irregularidade, hipótese em que ficará a salvo das penalidades previstas na legislação de regência do tributo, ainda que não sane a irregularidade no prazo indicado na comunicação, precisa conseguir certidão positiva com efeitos de negativa.

09 A Lei nº 6.182, de 30/12/1998, alterada pela Lei nº 8.869/2019 do Estado do Pará, exige do contribuinte o pagamento de uma taxa de impugnação para interposição de recursos contra decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários. A OAB-PA questionou a constitucionalidade desse dispositivo previsto no § 2º do art. 26 da Lei, tendo o TJPA decidido em 13/12/2023 sobre a matéria, considerando decisões reiteradas do STF. Sobre essa matéria o Supremo Tribunal Federal definiu que a norma prevista na Lei do Estado do Pará fere a

(A) Súmula Vinculante 3, que prevê que “nos processos perante o TCU asseguram-se o contraditório e ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

(B) Súmula Vinculante 28, que prevê que “é inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário”.

(C) Súmula Vinculante 21, que prevê que “é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

(D) Súmula Vinculante 28, que prevê que “é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

(E) Súmula Vinculante 3, que prevê que “é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

10 No novo regime tributário de IVA dual – IBS e CBS, há a previsão de mais de um regime de tratamento tributário para o consumo de produtos e serviços. Sobre esses regimes é correto afirmar o seguinte:

(A) coexistirão dois tipos de regime – o diferenciado e o específico, sendo o regime diferenciado o único previsto nos art. 156-A §5º, I “c” e 149-B, III da Constituição Federal e 92-B, “caput” do ADCT, conforme EC nº 132/2023.

(B) o regime específico é o que inclui o art. 9º. E §§1º e 3º. e 12 da EC nº 132 – 100% de redução de alíquota para produtos hortifrutí e ovos, serviços prestados por Instituições Científicas sem fins lucrativos e reduções de 60% e 30%.

(C) no chamado regime favorecido, estarão combustíveis, serviços financeiros e planos de saúde.

(D) regimes favorecidos estão previstos no art. 9º §§1º 3º e 12 da EC nº 132 – 100% de redução de alíquota para produtos hortifrutí e ovos, serviços prestados por Instituições Científicas sem fins lucrativos e reduções de 60% e 30%.

(E) coexistirão regimes favorecidos, específicos e diferenciados que estão previstos genericamente nos arts. 156-A §5º, I “c” e 149-B, III da Constituição Federal na redação da EC nº 132/2023.

11 O ICMS é um tributo de competência estadual e, por essa razão, cada Estado pode conceder benefício fiscal, fazendo uso de sua competência constitucional. Com a extinção do ICMS em razão da Reforma Tributária, será criado um Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Sobre esse Fundo é correto afirmar o seguinte:

(A) os recursos do Fundo serão utilizados para compensar a redução do nível de benefícios gratuitos do ICMS, suportada pelas pessoas jurídicas em razão da substituição do ICMS pela CBS.

(B) a compensação somente se aplica aos titulares de benefícios gratuitos do ICMS regularmente concedidos até 31 de maio de 2025 que tenham sido registrados e depositados conforme regras da Lei Complementar nº 160/2017 e que tenham cumprido tempestivamente as condições exigidas pela norma.

(C) de 2025 a 2032, a União entregará ao Fundo recursos que corresponderão aos seguintes valores: em 2025, R\$ 8 bilhões de reais; em 2026, R\$ 16 bilhões de reais; em 2027, R\$ 24 bilhões de reais; em 2028 e 2029, R\$ 32 bilhões de reais; em 2030, R\$ 24 bilhões de reais; em 2031, R\$ 16 bilhões de reais; em 2032, R\$ 8 bilhões de reais.

(D) a compensação somente se aplica aos titulares de benefícios gratuitos do ICMS regularmente concedidos até 31 de maio de 2024 que tenham sido registrados e depositados conforme regras da Lei Complementar nº 160/2017 e que tenham cumprido tempestivamente as condições exigidas pela norma.

(E) de 2024 a 2032, a União entregará ao Fundo recursos que corresponderão aos seguintes valores: em 2024, R\$ 8 bilhões de reais; em 2025, R\$ 16 bilhões de reais; em 2026, R\$ 24 bilhões de reais; em 2027 e 2028, R\$ 32 bilhões de reais; em 2029 e 2030, R\$ 24 bilhões de reais; em 2031, R\$ 16 bilhões de reais; em 2032, R\$ 8 bilhões de reais.

12 Sobre a tributação para custeio do serviço de Iluminação Pública é correto afirmar que
(A) é constitucional a cobrança da Taxa de Iluminação Pública, conforme previsão da Súmula Vinculante 41.

(B) o serviço de iluminação pública não pode ser custeado por meio de tributo que cumule na vinculação da cobrança o custeio de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

(C) o art. 149-A da Constituição Federal autoriza os Municípios e o Distrito Federal a criarem contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

(D) o art. 149-A da Constituição Federal autoriza os Municípios e o Distrito Federal a criarem taxa para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

(E) é inconstitucional a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública, conforme previsão da Súmula Vinculante 41.

13 Sobre a imunidade do patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos é correto afirmar que imóvel pertencente a partido político

(A) permanece imune ao IPTU ainda que alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais foi constituído, conforme Súmula Vinculante 52.

(B) deixa de ser imune ao IPTU quando alugado a terceiros, ainda que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais foi constituído, conforme Súmula Vinculante 52.

(C) permanece imune ao IPTU ainda que alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais foi constituído, conforme Súmula Vinculante 41.

(D) permanece imune ao IPTU ainda que alugado a terceiros e ainda que o valor dos aluguéis não seja aplicado nas atividades para as quais foi constituído, conforme Súmula Vinculante 41.

(E) permanece imune ao IPTU ainda que alugado a terceiros, conforme Súmula Vinculante 53.

14 Sobre o crédito presumido de IPI, o STF já se pronunciou acerca da não-cumulatividade:

(A) há direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que não contraria o princípio da não cumulatividade, conforme Súmula Vinculante 57.

(B) inexistente direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que não contraria o princípio da não cumulatividade, conforme Súmula Vinculante 58.

(C) o direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, contraria o princípio da não cumulatividade, conforme Súmula Vinculante 57.

(D) inexistente direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, pois fere o princípio da não cumulatividade, conforme Súmula Vinculante 56.

(E) inexistente direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que fere o princípio da não cumulatividade, conforme Súmula Vinculante 54.

15 Conceitos doutrinários denominados de “taxas rosa” ou “pink tax”, que consideram uma carga tributária maior sobre produtos consumidos por mulheres e que são indispensáveis para saúde básica feminina, foram tratados pela Lei Complementar nº 214/2025, com norma expressa sobre o fornecimento de produtos de cuidados básicos à saúde menstrual com

(A) imunidade tributária integral por expressa previsão constitucional no art. 156-A e 195, V.

(B) isenção parcial de 40% da alíquota base do IBS.

(C) isenção parcial de 20% da alíquota base do IBS e CBS.

(D) isenção parcial de 10% da alíquota base do IBS e CBS.

(E) redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.

16 Dentre as formas de extinção do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, a transação, no âmbito do Estado do Pará,

(A) ainda não está regulamentada, não estando implantada embora prevista em lei específica.

(B) não está prevista em lei específica, o que inviabiliza sua utilização pelo contribuinte com base no Código Tributário Nacional.

(C) pode ser celebrada em qualquer das suas modalidades, dependendo de edital a ser publicado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Pará, que fixará os parâmetros de adesão.

(D) pode ser realizada atualmente na modalidade, por proposta individual do contribuinte, desde que a modalidade por adesão ainda não foi regulamentada.

(E) pode ser realizada na modalidade por adesão, nas hipóteses em que o devedor ou a parte adversa aderir aos termos e condições estabelecidas em regulamento e edital ou por proposta individual, de iniciativa do devedor ou da autoridade competente.

17 A mais recente Súmula Vinculante sobre matéria tributária, de 16/12/2024, trata de
(A) interpretação sobre o Princípio da Capacidade Contributiva em relação ao Princípio da Neutralidade na Reforma Tributária.

(B) legitimidade de revogação de isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar nº 70/1991 pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996, dado que a LC nº 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída.

(C) ilegitimidade da revogação da isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar nº 70/1991 pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996, dado que a LC nº 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída.

(D) ferimento ao Princípio da Estrita Legalidade pela ilegitimidade da revogação da isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar 70/1991 pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996, dado que a LC nº 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída.

(E) ferimento ao Princípio da Reserva Legal pela ilegitimidade da revogação da isenção estabelecida no art. 6º, II, da Lei Complementar nº 70/1991 pelo art. 56 da Lei nº 9.430/1996, dado que a LC nº 70/1991 é apenas formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída.

18 Sobre o Princípio da Anterioridade é correto afirmar que

(A) a Anterioridade Nonagesimal regula as espécies tributárias contribuições sociais, por previsão expressa da Constituição Federal, não atingindo outros tipos tributários.

(B) norma legal que altera o recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

(C) a noventena da Emenda Constitucional nº 42/2003 não tem correlação com a anterioridade geral, podendo ser aplicada isoladamente.

(D) norma legal que altera o recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.

(E) a Anterioridade geral prevista no art. 150, III, *b* da Constituição Federal se sobrepõe à nonagesimal do art. 195, §6º da Constituição Federal.

19 Nas regras de transição do IBS previstas no art. 125 do ADCT, na redação da EC nº 132/2023 consta o seguinte:

(A) em 2026, o imposto previsto no art. 156-A será cobrado à alíquota estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a contribuição prevista no art. 195, V, ambos da Constituição Federal, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).

(B) o montante recolhido na forma do caput do art. 125 não será compensado com o valor devido das contribuições previstas no art. 195, I, "b", e IV, e da contribuição para o Programa de Integração Social a que se refere o art. 239, ambos da Constituição Federal.

(C) caso o contribuinte não possua débitos suficientes para efetuar a compensação de que trata o § 1º do art. 125, o valor recolhido não terá como ser compensado com qualquer outro tributo federal, podendo ser ressarcido em até 60 (sessenta) dias, mediante requerimento.

(D) a arrecadação do imposto previsto no art. 156-A da Constituição Federal decorrente do disposto no caput do art. 125 observará as vinculações, repartições e destinações previstas na Constituição Federal.

(E) durante o período de que trata o caput do art. 125, os sujeitos passivos que não cumprirem as obrigações acessórias relativas aos tributos referidos no caput poderão ser dispensados do seu recolhimento, nos termos de lei complementar.

20 Na repartição de receita do IBS aos Municípios, dos 25% que cabem aos Estados, conforme art. 158 da Constituição Federal, na redação da EC 132/2023 ficará assim:

(A) I - 80% (oitenta por cento) na proporção da população; II - 10% (dez por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

(B) I - 70% (setenta por cento) na proporção da população; II - 20% (vinte por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

(C) I - 60% (sessenta por cento) na proporção da população; II - 30% (trinta por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

(D) I - 50% (cinquenta por cento) na proporção da população; II - 40% (quarenta por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 5% (cinco por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 5% (cinco por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

(E) I - 50% (cinquenta por cento) na proporção da população; II - 30% (trinta por cento) com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual; III - 10% (dez por cento) com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; IV - 10% (dez por cento) em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

21 Considerando a imunidade do livro prevista no art. 150, VI, "d" da Constituição Federal é correto afirmar que

(A) o conceito de livro eletrônico não está abrangido por essa imunidade.

(B) suportes utilizados para fixar o livro eletrônico não estão abrangidos por essa imunidade.

(C) leitores de livros eletrônicos não estão abrangidos por essa imunidade.

(D) leitores de livros eletrônicos com funcionalidades acessórias não estão abrangidos por essa imunidade.

(E) essa imunidade se aplica à importação e comercialização do livro eletrônico e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos, ainda que possuam funcionalidades acessórias.

22 Sobre as alíquotas de referência dos novos tributos IBS e CBS ao longo do período de transição do sistema, a Lei Complementar nº 214/2025 prevê que

(A) resolução do Congresso Nacional fixará para os anos de 2027 a 2033 a alíquota de referência da CBS.

(B) o Tribunal de Contas da União fixará para os anos de 2027 a 2033 a alíquota de referência da CBS.

(C) resolução do Senado Federal fixará para os anos de 2027 a 2033 a alíquota de referência da CBS.

(D) o Tribunal de Contas da União enviará ao Senado Federal os cálculos para fixação das alíquotas de referência até o dia 15 de dezembro do ano anterior ao de vigência das alíquotas de referência e do redutor.

(E) o Princípio da Anterioridade Geral previsto no art. 150, III, "b" da Constituição Federal não se aplica à fixação das alíquotas dos novos tributos.

23 O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado pela Emenda Constitucional nº 132/2023, prevê que

(A) caberá à União Federal a decisão quanto à aplicação dos recursos previstos no art. 159 da Constituição Federal.

(B) caberá à União Federal a decisão quanto à aplicação dos recursos previstos no art. 159-A da Constituição Federal.

(C) caberá aos Municípios a decisão quanto à aplicação dos recursos previstos no art. 159-A da Constituição Federal.

(D) os recursos do Fundo serão entregues aos Estados e ao Distrito Federal de acordo com coeficientes individuais de participação, calculados com base em indicadores e pesos previstos no § 4º do art. 159-A da Constituição Federal.

(E) o Tribunal de Contas da União será o órgão responsável por calcular os coeficientes individuais de participação de que trata o § 4º do art. 159-A da Constituição Federal, cabendo ao Senado Federal a regulamentação.

24 Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados, com a Reforma Tributária, é correto afirmar que

(A) o IPI foi extinto, sendo absorvido pelo chamado IVA dual formado pelo IBS e CBS.

(B) o IVA dual formado pelo IBS e CBS, embora componha a nova tributação sobre o consumo, não gerou a extinção imediata do IPI.

(C) o IPI segue existindo no ordenamento jurídico nacional durante o período de transição da Reforma Tributária, sem passar por alterações.

(D) o Congresso Nacional optou por manter o IPI no formato atual, em razão de sua extinção gerar uma perda de arrecadação que não seria coberta pela nova fonte de tributação.

(E) a opção pela manutenção da Zona Franca de Manaus foi responsável por compensar arrecadação, com a extinção do IPI na Reforma Tributária.

25 A Reforma Tributária criou a competência de instituição de um novo tributo no Brasil chamado de Imposto Seletivo, que trabalha com o conceito de essencialidade do bem, que está assim previsto na Constituição Federal. A respeito do conceito de essencialidade é correto afirmar que

(A) compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

(B) compete aos Municípios instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

(C) compete à União Federal instituir impostos sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

(D) o Imposto Seletivo não poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

(E) o Imposto Seletivo não incidirá sobre as exportações, mas poderá incidir sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.

26 A interpretação que o Supremo Tribunal Federal atribui ao §2º do art. 145 da Constituição Federal, que afirma que “as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos”, é de que

(A) a similitude entre o fato gerador de taxas e impostos é juridicamente impossível.

(B) a similitude entre o fato gerador de taxas e impostos é possível desde que, no cálculo do valor da taxa não seja adotado qualquer elemento da base de cálculo própria de determinado imposto.

(C) é inconstitucional, no cálculo do valor da taxa, a utilização de um ou mais elementos da base de cálculo própria de imposto, por expressa vedação da Constituição Federal.

(D) é inconstitucional, no cálculo do valor de taxa, o manejo de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, conforme previsão do §2º do art. 145 da Constituição Federal.

(E) é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

27 Em processos de inventário por herança, é devido o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCMD. Contudo, quando há, dentre os bens a inventariar, algum bem imóvel que, para ser transferido, precise de resgate de enfiteuse, para ultimação desse ato será cobrado, ainda,

- (A) o IPTU – imposto sobre a propriedade territorial urbana, porque a enfiteuse é fato gerador desse tributo, pela previsão do art. 156, I da Constituição Federal.
- (B) o ITBI – imposto de transmissão *inter vivos*, porque incide sobre a cessão de direitos e sua aquisição, na forma do art. 156, II da Constituição Federal.
- (C) um adicional do ITCMD – do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, conforme art. 155, I da Constituição Federal.
- (D) o ISS – imposto sobre serviços de qualquer natureza, porque a “baixa do gravame” é um serviço, conforme art. 156, III da Constituição Federal.
- (E) o ITR – imposto territorial rural, porque a enfiteuse é fato gerador desse imposto, conforme previsão do art. 153, VI da Constituição Federal.

28 O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, é fato gerador do imposto sobre

- (A) circulação de mercadorias e serviços, na forma do art. 155, II, § 2º, X, “c” da Constituição Federal.
- (B) grandes fortunas, na forma do art. 153, VII da Constituição Federal.
- (C) a renda e proventos de qualquer natureza, na forma do art. 153, II da Constituição Federal.
- (D) bens e serviços, na forma do art. 156-A, § 1º, I da Constituição Federal.
- (E) operações financeiras, na forma do § 5º do art. 153 da Constituição Federal.

29 Sobre prescrição e decadência em matéria tributária o Supremo Tribunal Federal já se manifestou assim:

- (A) declarou a constitucionalidade do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.
- (B) definiu que lei ordinária tem competência para prever prazos prescricionais, mas não decadenciais em matéria tributária.
- (C) definiu que lei ordinária tem competência para prever prazos decadenciais, mas não prescricionais em matéria tributária.
- (D) até hoje não se manifestou sobre o tipo de lei que pode prever prazos prescricionais e decadenciais em matéria tributária.
- (E) declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

30 A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou o imposto sobre veículos automotores, prevendo, agora, que o IPVA incidirá sobre a propriedade de

- (A) veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, com algumas exceções previstas em alíneas do inciso III do § 6º do art. 155 da Constituição Federal.
- (B) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- (C) embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário.
- (D) pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal ou científica.
- (E) tratores e máquinas agrícolas.

D8 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

31 As isenções do ICMS serão concedidas nos termos

- (A) de Convênio celebrado mediante aprovação de, no mínimo, quatro quintos dos representantes dos Estados e do Distrito Federal presentes em reunião para a qual todos os Estados e o Distrito Federal tenham sido convocados.
- (B) de Decreto Legislativo do Congresso Nacional aprovado, em único turno, por três quintos dos seus membros.
- (C) de Convênio celebrado por decisão unânime dos Estados e do Distrito Federal representados em reunião para a qual tenham sido convocados os representantes de todos os Estados e do Distrito Federal.
- (D) de Resolução do Senado Federal decorrente de aprovação do seu Plenário por três quintos dos votos de seus membros.
- (E) de Convênio celebrado mediante aprovação unânime dos representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios presentes em reunião para a qual representantes de todos os entes federativos tenham sido convocados.

32 As alíquotas do ICMS incidentes sob operações internas com combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo

- (A) serão fixadas livremente pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- (B) não poderão ser fixadas em patamar superior ao da alíquota das operações em geral.
- (C) serão fixadas mediante Convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal.
- (D) não poderão ser fixadas em patamar inferior ao da alíquota das operações em geral.
- (E) serão fixadas pela União, em lei complementar que estabeleça normas gerais em matéria de legislação tributária definindo o fato gerador do ICMS.

33 Caso uma fiscalização não se conclua no prazo de cento e oitenta dias, contados da data em que ocorrer o recebimento pela autoridade fiscal de todas as informações e documentos solicitados ao contribuinte,

- (A) se houver infração, o Auto de Infração e Notificação Fiscal será lavrado com redução de multa e de juros em 50% (cinquenta por cento) de seu valor.
- (B) o prazo da ação fiscal será renovado automaticamente, notificando-se o contribuinte da continuidade da fiscalização, impedindo-o de realizar denúncia espontânea.
- (C) a ação fiscal será imediatamente arquivada mediante despacho fundamentado da autoridade competente.
- (D) será reduzido pela metade o prazo da Fazenda Pública estadual para o fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações do interesse do contribuinte.
- (E) será restabelecida a espontaneidade, pelo prazo de quarenta e cinco dias, do contribuinte jurisdicionado na unidade fazendária de grandes contribuintes para eliminar irregularidades relativas ao cumprimento de obrigação pertinente ao imposto.

34 As notificações e intimações ao sujeito passivo sobre lançamentos, decisões ou juntadas de documentos aos expedientes consideram-se feitas

- (A) quando pessoal, dez dias após a data da respectiva assinatura pelo sujeito passivo no instrumento, expediente ou termo.
- (B) quando realizadas pelo Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC –, na data da consulta ao teor da comunicação eletrônica ou, caso esta não ocorra, em dez dias, contados da data da expedição.
- (C) quando por edital, trinta dias após a data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.
- (D) quando por remessa por via postal, quinze dias após o recebimento do instrumento no domicílio fiscal do contribuinte.
- (E) em qualquer modalidade, quarenta e cinco dias após a ciência inequívoca pelo sujeito passivo do teor do instrumento, expediente ou termo.

35 As Câmaras de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF –

- (A) serão integradas por três Conselheiros representantes da Fazenda Estadual e dois Conselheiros representantes dos contribuintes.
- (B) são competentes para decidir, em expedientes relativos à impugnação de auto de infração, os recursos voluntários, interpostos pelo sujeito passivo, decisões de primeira instância.
- (C) serão dirigidas por Conselheiros integrantes da respectiva Câmara de Julgamento, por mandato de um ano, alternando-se entre representante da Fazenda Pública Estadual e representante dos contribuintes.
- (D) são competentes para decidir, em expedientes relativos à impugnação de auto de infração, os recursos de revisão, interpostos pelo sujeito passivo ou pelo Procurador do Estado, das decisões que derem à legislação interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara.
- (E) poderão aprovar resoluções interpretativas da legislação tributária estadual.

36 Com relação à cobrança de IPVA do Estado do Pará, um veículo automotor elétrico terrestre importado diretamente do exterior por consumidor final, no valor de R\$ 250.000,00 constante do documento de importação

- (A) será isento do pagamento do imposto.
- (B) está sujeito às regras de imunidade tributária.
- (C) terá seu fato gerador considerado ocorrido na data da incorporação do veículo ao ativo permanente do fabricante.
- (D) terá sua base de cálculo composta pelo valor constante do documento de importação, acrescido dos impostos de importação, IPI-importação, IOF-Câmbio, ICMS-importação e demais despesas cambiais.
- (E) terá incidência da alíquota de meio por cento.

- 37** A alíquota do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação – ITCMD – no Estado do Pará
- (A) variará de dois a seis por cento na transmissão de bens ou direitos decorrentes de sucessão hereditária, a depender do valor da base de cálculo.
 - (B) será definida de acordo com Convênio celebrado por decisão unânime dos Estados e do Distrito Federal representados em reunião para a qual tenham sido convocados os representantes de todos os Estados e do Distrito Federal.
 - (C) é fixada pelo Senado Federal.
 - (D) será fixa de quatro por cento na transmissão de bens ou direitos decorrentes de sucessão hereditária.
 - (E) variará de dois a seis por cento na transmissão por meio de doações com ou sem encargos, a depender do valor da base de cálculo.
- 38** É considerado contribuinte do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação – ITCMD – no Estado do Pará
- (A) nas transmissões “causa mortis”, o espólio do “de cuius”.
 - (B) nas doações, o doador, se o donatário for domiciliado no Estado do Pará.
 - (C) no fideicomisso, o fiduciário.
 - (D) na cessão de herança ou de bem ou direito a título não oneroso, o cedente.
 - (E) na substituição do fideicomisso, o fiduciário.
- 39** O pagamento da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – do Estado do Pará
- (A) deverá ocorrer anualmente até o último dia útil do exercício financeiro.
 - (B) será acrescido de multa de 12% (doze por cento) sobre o valor da taxa devida quando for exigido em auto de infração.
 - (C) será devido pela pessoa física ou jurídica, inclusive microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), autorizada a realizar a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários no Estado.
 - (D) será cobrado mediante alíquota *ad valorem* sobre o valor de mercado equivalente a tonelada de minério extraído.
 - (E) será acrescido de multa moratória de 0,10% (dez centésimos por cento) do valor da taxa devida por dia de atraso, até o limite de 12% (doze por cento), quando não exigido em auto de infração.
- 40** As taxas em geral cobradas pelo Estado do Pará em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição por órgãos da Administração Estadual, ou quando houver o exercício regular do poder de polícia do Estado, mediante atividade de fiscalização e vigilância, em virtude do interesse público
- (A) serão pagas até o trigésimo dia do exercício financeiro objeto da renovação quando devidas anualmente por renovação de poder de polícia.
 - (B) serão cobradas pelas licenças para porte de arma solicitado por servidor público em razão do exercício de suas funções.
 - (C) possuem valor fixo definido em reais em ato do titular da Secretaria da Fazenda.
 - (D) serão pagas até o terceiro dia da ocorrência do fato gerador.
 - (E) são devidas pela expedição de certificados de propriedade de veículos motorizados pertencentes a órgãos diplomáticos devidamente credenciados dos países que concedem reciprocidade de tratamento.
- 41** Sobre o pedido de parcelamento pelo contribuinte de créditos da Fazenda Pública do Estado do Pará, considere as seguintes afirmativas:
- I. implica confissão irretratável do débito fiscal.
 - II. implica expressa renúncia a qualquer impugnação ou recurso administrativo ou judicial.
 - III. implica desistência da impugnação ou do recurso que tenha sido interposto.
- É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.

42 O ICMS tem como incidência o fornecimento de mercadoria com prestação de serviços

(A) definidos em lei complementar estadual.

(B) compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

(C) definidos em decreto executivo estadual regulamentador do imposto.

(D) compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando a lei ordinária federal aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

(E) compreendidos na competência tributária dos Municípios, quando a Resolução do Senado Federal aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

43 Com relação ao momento da ocorrência do fato gerador do ICMS nas operações internas, interestaduais ou de importação, considere as seguintes afirmativas:

I. na data da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral no Estado do Pará, é considerado ocorrido o fato gerador do imposto.

II. considera-se ocorrido o fato gerador do imposto na data da entrada, no território do Estado do Pará, de lubrificantes oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

III. a data da aquisição de ouro, definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, é considerada o momento da ocorrência do fato gerador do imposto.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I e II, apenas.

(E) I e III, apenas.

44 Sobre os benefícios fiscais de ICMS do Estado do Pará é correto afirmar o seguinte:

(A) serão concedidos ou revogados, independentemente de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.

(B) permitem ao contribuinte a dispensa automática do cumprimento das obrigações tributárias acessórias, como no caso da concessão de isenções.

(C) aplicáveis à circulação de mercadorias, alcançam também a prestação de serviço de transporte com ela relacionada.

(D) concedidos mediante implemento de condição, como as isenções condicionadas, prevalecerão mesmo que a condição não seja satisfeita.

(E) poderão ser concedidos sob a forma de isenção, redução de base de cálculo ou créditos presumidos do imposto.

45 Com relação ao sujeito passivo do ICMS no Estado do Pará, considere as seguintes afirmativas:

I. o industrial e o comerciante de mercadorias, o produtor, o gerador de energia elétrica e o extrator vegetal, animal e mineral, são considerados contribuintes do imposto.

II. o prestador de serviço compreendido na competência tributária de Município, que fornecer mercadoria com incidência do imposto estadual previsto em lei complementar aplicável, é contribuinte do imposto.

III. restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, cantinas, hotéis e estabelecimentos similares que efetuem o fornecimento de alimentação, bebidas ou outras mercadorias, são considerados contribuintes do imposto.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II, apenas.

(E) I e III, apenas.

46 É aplicável alíquota interna de 30% (trinta por cento) de ICMS sobre operações com

(A) refrigerantes.

(B) fornecimento de refeições.

(C) armas e munições, suas partes e acessórios.

(D) energia elétrica.

(E) máquinas e equipamentos importados do exterior destinados exclusivamente ao ativo permanente de indústria de transformação.

47 Sobre a base de cálculo do ICMS do Estado do Pará é correto afirmar o seguinte:

(A) nas hipóteses de omissão de saídas de mercadorias ou de prestações de serviço, terá seu valor arbitrado discricionamente, com base em valores correntes de mercado das mercadorias ou das prestações de serviço.

(B) no desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior, será considerado o valor da mercadoria constante no documento de importação sem quaisquer acréscimos.

(C) o valor do IPI integrará a base de cálculo do imposto estadual, quando a operação for realizada entre contribuintes do ICMS e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização e configurar fato gerador de ambos os impostos.

(D) o montante do próprio imposto será excluído do cômputo da base de cálculo, devendo seu valor constar dos documentos fiscais para fins de controle.

(E) na saída de mercadoria efetuada pelo industrial ou pelo prestador do serviço, em retorno ao estabelecimento que a tiver remetido para industrialização, beneficiamento ou processos similares, a base de cálculo do ICMS é o valor acrescido relativo à industrialização ou serviço.

48 Com relação à compensação do ICMS no Estado do Pará, considere as seguintes afirmativas:

I. Não constitui crédito fiscal o valor do imposto relativo à mercadoria, em retorno, não entregue aos destinatário por qualquer motivo.

II. Somente dará direito a crédito a mercadoria destinada ao uso ou consumo do estabelecimento nele entrada a partir de 1º de janeiro de 2033.

III. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante anteriormente cobrado por este ou outro Estado.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) II, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I, II e III.

(D) II e III, apenas.

(E) I e III, apenas.

49 Relativamente ao Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Pará, considere as seguintes afirmativas:

I. São obrigadas a inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS as pessoas, naturais ou jurídicas, que pretendam praticar com habitualidade operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação.

II. É obrigado a inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS aquele que exercer atividades comerciais, industriais ou extrativistas em veículos ou embarcações.

III. A imunidade tributária reconhecida desobriga a pessoa, natural ou jurídica, de inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I e II, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I, II e III.

(E) I, apenas.

50 Sobre a suspensão da exigência do ICMS do Estado do Pará é correto afirmar o seguinte:

(A) é mantida, mesmo que a mercadoria não retorne ao estabelecimento de origem no prazo fixado em regulamento.

(B) será aplicável na saída de mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, mesmo que situada em outro Estado da federação.

(C) concedida à circulação de mercadoria, aplica-se automaticamente à prestação de serviço de transporte com ela relacionada.

(D) é o instituto tributário através do qual o momento do lançamento e recolhimento do imposto é postergado para evento futuro indicado na legislação tributária, sem que haja transferência de responsabilidade para outros contribuintes.

(E) caso decorra o prazo previsto para o retorno da mercadoria ao estabelecimento de origem, sem que ocorra a transmissão da propriedade ou o retorno da mercadoria, o valor do imposto será devido sem acréscimos moratórios.

51 O diferimento do ICMS do Estado do Pará

(A) será mantido na saída da mercadoria para outro Estado da federação ou para o exterior.

(B) é o instituto tributário através do qual o momento do recolhimento do imposto incidente é postergado para evento futuro indicado em legislação tributária, sendo a responsabilidade do recolhimento do imposto transferida para o contribuinte que promover tal evento.

(C) será aplicado nas operações ou prestações realizadas ou destinadas a contribuintes optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

(D) implica a possibilidade de se compensar o que for devido de ICMS em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante anteriormente cobrado por este ou outro Estado.

(E) dispensa o responsável pelo recolhimento do ICMS do cumprimento de escrituração fiscal das operações sujeitas ao instituto.

52 Relativamente às infrações e multas do ICMS do Estado do Pará, considere as seguintes afirmativas:

I. A responsabilidade tributária por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, apresentada por escrito à repartição fiscal de circunscrição do domicílio tributário do sujeito passivo.

II. O pagamento de multa pelo infrator da obrigação o exime do cumprimento de demais sanções legais cabíveis.

III. A denúncia espontânea não será aceita se já instaurado procedimento administrativo tributário contra o sujeito passivo, ressalvadas exceções previstas em lei.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) I, II e III.

(C) III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I e II, apenas.

53 Sobre os procedimentos de fiscalização do ICMS do Estado do Pará é correto afirmar o seguinte:

(A) a função fiscalizadora poderá ser exercida por qualquer servidor da Fazenda Pública estadual.

(B) o servidor fazendário, no exercício de suas funções, quando vítima de embaraço funcional, não poderá requisitar auxílio às autoridades policiais.

(C) nas fiscalizações de trânsito não será necessária emissão de qualquer documento de conferência de mercadorias, bens, cargas ou passageiros.

(D) a fiscalização poderá exigir que determinadas espécies de mercadorias, procedentes ou não de outra unidade da Federação, inclusive do exterior, em trânsito pelo Estado, circulem acompanhadas do documento denominado 'Passe Fiscal de Mercadorias'.

(E) não se dispensa a lavratura, no livro de ocorrências do estabelecimento, dos termos emitidos na fiscalização do trânsito de mercadorias.

54 Em casos especiais, com a finalidade de compelir à observância da legislação tributária do ICMS do Estado do Pará, poderá ser adotado regime especial "ex-officio" para o cumprimento das obrigações fiscais pelo contribuinte

(A) para que efetue o recolhimento do imposto devido em um único pagamento anual.

(B) independentemente de notificação quanto a sua submissão ao regime especial.

(C) que incorrer em inadimplência contumaz, praticar reincidência específica ou atos de sonegação, fraude ou conluio.

(D) pelo prazo mínimo de trinta e seis meses, podendo ser suspenso a qualquer tempo ou prorrogado por igual período.

(E) que será estabelecido por ato do Governador do Estado.

55 O contribuinte do ICMS do Estado do Pará que deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, tendo emitido os documentos fiscais e registrados nos livros próprios as operações ou as prestações realizadas, está sujeito à aplicação de multa equivalente a

(A) quarenta por cento do valor do imposto.

(B) mil unidades padrão fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

(C) dez mil unidades padrão fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

(D) oitenta por cento do valor do imposto.

(E) cinco mil unidades padrão fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

D9 - CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

56 A empresa comercial Peixe Frito com Açaí Ltda iniciou suas operações em 02/01/2024 e, em 31/12/2024, apresentou as seguintes movimentações, em reais, nas razões de seus componentes patrimoniais e de resultado:

Contas	Movimentação em R\$	
	Devedora	Credora
Disponibilidades	350.000,00	120.000,00
Direitos a curto prazo	420.000,00	180.000,00
Direitos a longo prazo	700.000,00	220.000,00
Estoques de mercadorias	600.000,00	550.000,00
Imobilizado	1.200.000,00	-
Despesas Operacionais	380.000,00	-
Obrigações de curto prazo	110.000,00	400.000,00
Obrigações de longo prazo	100.000,00	340.000,00
Capital Social	-	1.800.000,00
Receita Operacional Líquida	-	1.600.000,00

Desconsiderando-se os efeitos tributários e de depreciação e que não ocorreram compras ou vendas canceladas no período, é correto afirmar que em 31/12/2024 a empresa apresenta

- (A) ativo total de R\$ 2.580.000,00.
- (B) passivo exigível de R\$ 1.530.000,00.
- (C) lucro bruto de R\$ 1.050.000,00.
- (D) patrimônio líquido de R\$ 1.000.000,00.
- (E) lucro líquido de R\$ 1.220.000,00.

57 A empresa Peixe Boi Ltda, do setor de tecnologia, em 01/07/2021, reconheceu um ativo intangível gerado internamente, decorrente do desenvolvimento de um software próprio, pelo custo total de R\$ 900.000,00. Nessa data, o ativo ainda não estava disponível para uso. Em 01/10/2021, o software tornou-se disponível para uso, sendo definida, inicialmente, vida útil econômica de 10 anos, com valor residual igual a zero e método de amortização linear.

Em 01/01/2023, com base em novas evidências técnicas e mercadológicas, a entidade revisou a estimativa da vida útil remanescente do ativo, passando a estimá-la em 5 anos a partir dessa data, mantendo inalterados o método de amortização e o valor residual. Ressalta-se que não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável até 31/12/2022.

Considerando as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o valor da despesa de amortização a ser reconhecido no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023 é de

- (A) R\$ 112.500,00.
- (B) R\$ 135.000,00.
- (C) R\$ 157.500,00.
- (D) R\$ 150.000,00.
- (E) R\$ 270.000,00.

58 A Cia Salvaterra S.A, em 02/01/2021, adquiriu um equipamento industrial por R\$ 1.200.000,00. Na data do reconhecimento inicial, a administração estimou, para este bem, vida útil econômica de 10 anos, valor residual de R\$ 200.000,00 e o método linear de depreciação. O bem foi colocado em condições de uso imediatamente na data da aquisição.

Em 02/01/2024, com base em novas evidências técnicas e de mercado, a entidade revisou suas estimativas contábeis, passando a estimar para o bem uma vida útil remanescente de 4 anos a partir dessa data e valor residual revisado para R\$ 120.000,00. Ressalta-se que não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável até 31/12/2023.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado –, o valor contábil do equipamento industrial em 31/12/2024 é

- (A) R\$ 1.200.000,00.
- (B) R\$ 1.000.000,00.
- (C) R\$ 900.000,00.
- (D) R\$ 780.000,00.
- (E) R\$ 705.000,00.

59 A Cia Marabá S.A elaborou suas demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31/12/25. Durante a revisão final, a administração identificou que determinadas rubricas relevantes estavam sendo apresentadas de forma agregada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período, o que dificultava a compreensão da posição financeira e do desempenho da entidade pelos usuários.

Considerando os requisitos do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis –, a administração da Cia Marabá S.A decidiu rever a forma de apresentação dessas demonstrações, sem alterar reconhecimento ou mensuração, apenas a forma de apresentação.

À luz do CPC 26 (R1), o procedimento exigido para o balanço patrimonial e para a demonstração do resultado do período, nesse contexto, é

(A) manter a apresentação agregada nas demonstrações, desde que as informações detalhadas sejam divulgadas apenas nas notas explicativas, pois o CPC 26 permite compensação de valores quando não houver alteração do resultado líquido do período.

(B) apresentar separadamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período, cada classe material de itens semelhantes ou de natureza ou função distinta, exceto quando tais itens forem imateriais, podendo a informação complementar ser apresentada nas notas explicativas.

(C) reclassificar os valores agregados diretamente no patrimônio líquido, apresentando os efeitos apenas na demonstração das mutações do patrimônio líquido, desde que haja divulgação adequada nas notas explicativas.

(D) alterar a apresentação apenas na demonstração do resultado do período, mantendo a estrutura do balanço patrimonial inalterada, pois o CPC 26 exige detalhamento apenas das rubricas de receitas e despesas.

(E) manter a apresentação agregada nas demonstrações e reapresentar apenas a informação comparativa do período anterior, uma vez que o CPC 26 prioriza a comparabilidade em detrimento da materialidade.

60 A Empresa Ananindeua S.A adquiriu, em 1º de janeiro de 2024, 30% do capital votante da Empresa Belém S.A, caracterizando influência significativa. O investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo de R\$ 600.000,00.

Durante o exercício de 2024, a Empresa Belém S.A apresentou lucro líquido de R\$ 200.000,00, realizou distribuição de dividendos no montante de R\$ 40.000,00, registrou uma reavaliação positiva de ativos imobilizados de R\$ 100.000,00 reconhecida em outros resultados abrangentes e apurou diferenças de conversão em moeda estrangeira negativas de R\$ 20.000,00, também reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Considerando exclusivamente as disposições do CPC 18 (R3) quanto ao método da equivalência patrimonial, os efeitos contábeis desse investimento nas demonstrações da Empresa Ananindeua S.A ao final de 2024 foram os seguintes:

(A) O valor contábil do investimento será ajustado pelo reconhecimento proporcional do lucro da Empresa Belém S.A no resultado, reduzido pelas distribuições recebidas e ajustado pelas variações nos outros resultados abrangentes da Empresa Belém S.A, sendo tais variações reconhecidas nos outros resultados abrangentes da Empresa Ananindeua S.A.

(B) O valor contábil do investimento será aumentado pela participação no lucro e pelas variações positivas em outros resultados abrangentes da Empresa Belém S.A, enquanto as distribuições recebidas e as variações negativas em outros resultados abrangentes serão reconhecidas diretamente no resultado do período da Empresa Ananindeua S.A.

(C) O reconhecimento da participação no lucro da Empresa Belém S.A e das variações nos outros resultados abrangentes será realizado diretamente no patrimônio líquido da Empresa Ananindeua S.A, permanecendo o valor contábil do investimento registrado pelo custo histórico.

(D) As distribuições recebidas da Empresa Belém S.A e as variações nos outros resultados abrangentes devem ser reconhecidas no resultado da Empresa Ananindeua S.A, enquanto o lucro da Empresa Belém S.A ajusta exclusivamente o valor contábil do investimento.

(E) O valor contábil do investimento será ajustado apenas pela participação nos lucros ou prejuízos da Empresa Belém S.A, sendo as distribuições recebidas e as variações nos outros resultados abrangentes tratadas como eventos patrimoniais da Empresa Belém S.A, sem reflexos nas demonstrações da Empresa Ananindeua S.A.

61 A Salinópolis Alimentos Ltda, empresa atuante no beneficiamento e na comercialização de pescados na Região Norte, encerrou suas demonstrações contábeis em 31/12/2025, apurando os seguintes fatos relevantes, devidamente analisados pela administração e por sua assessoria jurídica:

- I. Existência de férias vencidas e proporcionais, acrescidas do respectivo adicional constitucional, relativas aos empregados, no valor de R\$ 120.000,00, ainda não quitadas até a data do balanço.
- II. Processo judicial trabalhista em andamento, cujo risco de perda foi classificado como provável, com estimativa confiável de desembolso futuro no valor de R\$ 80.000,00.
- III. Ação cível movida por fornecedor, cuja avaliação jurídica indicou risco de perda possível, sem mensuração confiável até o encerramento do exercício.

Considerando os efeitos contábeis desses fatos no exercício de 2025, em conformidade com a legislação societária e os pronunciamentos contábeis vigentes, é correto afirmar que

- (A) os fatos I, II e III afetam o resultado do exercício e o passivo, com reflexos no patrimônio líquido.
- (B) os fatos I e II afetam o resultado e o passivo, com reflexos no patrimônio líquido, enquanto o fato III não afeta o ativo, o passivo ou o patrimônio líquido.
- (C) o fato I afeta o passivo e o patrimônio líquido, o fato II afeta apenas o passivo e o fato III afeta exclusivamente o resultado do exercício.
- (D) o fato I afeta o resultado e o passivo, o fato II afeta o patrimônio líquido e o fato III afeta o ativo em função do risco jurídico identificado.
- (E) os fatos I e III afetam o passivo, enquanto o fato II afeta o resultado do exercício e o ativo.

62 A Comercial Breu Branco Ltda, que trabalha com a compra e venda de diversas mercadorias diferentes, ao fazer o controle de estoque do azeite de oliva de 250 ml durante o mês de junho de 2025, observou as seguintes informações referentes à mercadoria em questão:

- Em 10/06/2025, compra de 30 unidades ao preço unitário de R\$ 16,00.
- Em 15/06/2025, venda de 25 unidades ao preço unitário de R\$ 28,00.
- Em 18/06/2025, compra de 10 unidades ao preço unitário de R\$ 19,00.
- Em 30/06/2025, compra de 10 unidades ao preço unitário de R\$ 18,00.

Levando-se em consideração que esses foram os únicos fatos referentes à comercialização do azeite de oliva 250 ml no mês de junho e que a Comercial Breu Branco Ltda adota o sistema de inventário periódico e a média ponderada fixa para controle de seus estoques, é correto dizer que o custo da mercadoria vendida (CMV) do azeite de oliva de 250 ml durante o mês junho de 2025 foi de

- (A) R\$ 400,00.
- (B) R\$ 425,00.
- (C) R\$ 450,00.
- (D) R\$ 475,00.
- (E) R\$ 441,67.

63 A Comercial Santa Izabel Ltda, que trabalha com a comercialização de rações para pets, adota o sistema de inventário permanente e opera em um ambiente de preços crescentes ao longo do período. Considerando os métodos de avaliação de estoques PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair) e Média Ponderada Móvel, considere as assertivas a seguir:

- I. No método PEPS, o estoque final tende a refletir os custos mais antigos das mercadorias remanescentes, resultando, em ambiente de preços crescentes, em maior valor de estoque quando comparado ao UEPS.
- II. Pelo método UEPS, o custo das mercadorias vendidas é composto, prioritariamente, pelos custos mais recentes, o que implica menor lucro contábil em relação ao PEPS, considerando preços crescentes.
- III. Na média ponderada móvel, o custo unitário das mercadorias é recalculado somente ao final do período, sendo então aplicado às saídas realizadas durante o exercício.
- IV. No sistema de inventário permanente, a escolha do método de avaliação de estoques influencia simultaneamente o custo das mercadorias vendidas e o valor do estoque final.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

64 A Comercial Cachoeira do Arari Ltda, que trabalha com a comercialização de abacaxi, em março de 2025, realizou uma compra de 5.000 unidades de abacaxi a R\$ 2,50 cada. Na referida compra, houve a incidência de 12% de ICMS, gastos com embarque e desembarque do fruto no valor de R\$ 400,00, fretes no valor de R\$ 300,00 e um seguro da carga no valor de R\$ 500,00. Ainda no mês de março de 2025, ocorreu a venda de 3.000 unidades daqueles abacaxis, no valor unitário de R\$ 6,00 cada, com incidência de ICMS à alíquota de 20%, PIS à alíquota de 2% e COFINS à alíquota de 3%. Sobre essa venda, ainda houve um gasto de R\$ 200,00 para entrega dos abacaxis até seu cliente e foi paga uma comissão de R\$ 100,00 a seu vendedor. Considerando-se que a Comercial Cachoeira do Arari Ltda é contribuinte do ICMS, é correto afirmar que os valores da compra líquida e da receita líquida, respectivamente, no mês de março foram de

- (A) R\$ 11.800,00 e R\$ 13.700,00.
- (B) R\$ 11.900,00 e R\$ 13.800,00.
- (C) R\$ 11.700,00 e R\$ 14.700,00.
- (D) R\$ 12.200,00 e R\$ 13.680,00.
- (E) R\$ 12.400,00 e R\$ 13.600,00.

65 A sociedade empresária Mãe do Rio Comércio de Insumos Ltda, regularmente inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, adota sistema de escrituração eletrônica e realiza elevado número de operações fora da sede do estabelecimento. Em razão disso, passou a efetuar lançamentos contábeis de forma resumida no Livro Diário, mantendo livros auxiliares autenticados. Ademais, optou por não autenticar previamente determinados livros não obrigatórios e deixou de lançar, no Diário, o balanço patrimonial e o de resultado econômico, registrando-os apenas em sistema eletrônico interno.

Considerando o disposto nos arts. 1.179 a 1.195 do Código Civil, analise as assertivas a seguir:

- I. A sociedade empresária é obrigada a manter escrituração contábil uniforme, baseada em documentação respectiva, bem como a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- II. A escrituração resumida do Livro Diário é admitida para contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados e conservados os documentos comprobatórios.
- III. A adoção de sistema de escrituração eletrônica dispensa o lançamento do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico no Livro Diário, desde que tais demonstrações sejam elaboradas ao final do exercício.
- IV. Os livros obrigatórios somente podem ser autenticados após estarem em uso, sendo vedada a autenticação prévia, ainda que a sociedade empresária esteja regularmente inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

66 A entidade Amazônidas S.A, em 31/12/2025, possui um maquinário, adquirido em 01/01/2023, registrado a um custo de aquisição de R\$ 1.200.000,00, com vida útil estimada em 10 anos e valor residual de 10%. Em 31/12/2025, a empresa detectou indícios de desvalorização e realizou o Teste de Recuperabilidade, resultando nos seguintes valores:

- Valor em uso: R\$ 780.000,00.
- Valor Justo líquido de despesa de venda: R\$ 750.000,00.

Simultaneamente, a empresa foi citada em um processo trabalhista onde os advogados classificaram o risco de perda como provável no valor de R\$ 100.000,00 e como possível no valor de R\$ 50.000,00.

Considerando exclusivamente as operações citadas acima e as normas contidas na NBC TG 01 (R04) Redução ao valor recuperável de ativos, NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e NBC TG 27 (R4) Ativo Imobilizado, o Patrimônio Líquido

- (A) não será alterado, pois as operações acima em nada afetam o Patrimônio Líquido.
- (B) será reduzido em R\$ 196.000,00.
- (C) será reduzido em R\$ 304.000,00.
- (D) será reduzido em R\$ 354.000,00.
- (E) será reduzido em R\$ 380.000,00.

- 67** A NBC TG 04(R4) Intangível estabelece que um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se
- (i) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e
 - (ii) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

A Cia Vitória Régia está desenvolvendo um Website e-commerce para realizar vendas on-line de produtos da Amazônia e precisa registrar de forma confiável o custo desse ativo. Considerando o disposto na NBC TG 04 (R4) e nos dados a seguir, o custo a ser atribuído a construção do Website é de

Gasto	Valor
Planejamento para estudos de viabilidade	R\$ 20.000,00
Pesquisa para avaliar alternativas e escolhas de preferências de estruturas	R\$ 15.000,00
Aquisição de servidores para armazenamento de dados e conexão com a internet	R\$ 50.000,00
Hospedagem do sítio da entidade (anual)	R\$ 5.000,00
Desenvolvimento de aplicativos e da infraestrutura do Website	R\$ 50.000,00
Desenvolvimento da concepção gráfica e conteúdo	R\$ 50.000,00
Serviços fotográficos dos produtos para apresentação no Website	R\$ 10.000,00

- (A) R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 150.000,00.
- (C) R\$ 135.000,00.
- (D) R\$ 130.000,00.
- (E) R\$ 100.000,00.

68 A NBC TG 06 (R3) Operações de Arrendamento Mercantil estabelece que o arrendador deve classificar cada um de seus arrendamentos como arrendamento operacional ou arrendamento financeiro. O arrendamento é classificado como arrendamento financeiro se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. O arrendamento é classificado como arrendamento operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Considere as assertivas a seguir:

- I. O arrendador deve reconhecer os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ou em outra base sistemática que represente melhor padrão de benefício.
- II. O arrendador deve reconhecer os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita de arrendamento como despesa.
- III. O arrendador fabricante ou revendedor deve reconhecer o ganho na venda na celebração de arrendamento operacional, pois essa operação é equivalente a uma venda.

É correto afirmar que apenas

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) I está correta.
- (D) II está correta.
- (E) III está correta.

RASCUNHO

69 A Cia Vitória Régia detém 80% das ações votantes da Cia Amazônia. De acordo com o disposto na norma contábil NBC TG 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o investimento está registrado nas demonstrações consolidadas da Cia Vitória Régia da seguinte forma, em 31/12/2025:

- Ativos Líquidos da Cia Amazônia (avaliados a valor justo): R\$ 1.000.000,00.
- Goodwill (Ágio por rentabilidade futura): R\$ 200.000,00.
- Participação de Não Controladores (PNC): R\$ 200.000,00 (20% dos ativos líquidos).

Em 02/01/2026, a Cia Vitória Régia realiza dois acordos (transações) simultâneos com um fundo de investimentos:

1. Acordo A: Venda de 40% das ações da Cia Amazônia pelo valor de R\$ 300.000,00 (valor abaixo de mercado).
2. Acordo B: Venda de mais 10% das ações da Cia Amazônia pelo valor de R\$ 250.000,00 (valor acima do mercado).

Considerando que

- a Cia Vitória Régia determinou que os acordos devem ser contabilizados como uma única transação, pois foram celebrados na mesma época e um não se justifica economicamente sem o outro;
- após a realização dos acordos, a Cia Vitória Régia passou a deter apenas 30% da Cia Amazônia, perdendo o controle, mas mantendo a influência significativa;
- o valor justo da participação remanescente de 30%, na data da perda de controle, foi avaliado em R\$ 350.000,00;
- não existem saldos de Outros Resultados Abrangentes (ORA) relativos à Cia Amazônia.

A Cia Vitória Régia deve reconhecer, em seu resultado consolidado no período da transação,

- (A) um ganho de R\$ 50.000,00.
- (B) um ganho de R\$ 200.000,00.
- (C) um ganho de R\$ R\$ 150.000,00.
- (D) uma perda de R\$ 100.000,00.
- (E) uma perda de R\$ 50.000,00.

70 A Amazônidas S.A possui 1.000.000 ações com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Com o objetivo de investir em novos projetos para lançar durante o evento da COP 30, a empresa decidiu aumentar seu capital social com a emissão de 100.000 novas ações. Devido ao impacto sustentável do projeto, as ações da companhia valorizaram e foram subscritas e integralizadas pelo valor de R\$ 3,00 cada. No processo de emissão das novas ações, a entidade assumiu custos de corretagens e taxas que resultaram no total de R\$ 15.000,00.

Considerando, exclusivamente, essas informações, pode-se afirmar o Patrimônio Líquido da entidade terá

- (A) aumento líquido de R\$ 285.000,00 no Patrimônio Líquido, distribuído da seguinte forma: R\$ 100.000,00 em Capital Social e R\$ 185.000,00 em Reserva de Capital.
- (B) aumento líquido de R\$ 100.000,00 no Patrimônio Líquido, pois apenas o valor nominal das ações pode compor o Capital Social.
- (C) aumento líquido de R\$ 300,00 no Patrimônio Líquido, com os custos de R\$ 15.000,00 sendo lançados como despesa na DRE.
- (D) aumento líquido de R\$ 315.000,00 no Patrimônio Líquido, somando o valor de mercado e os custos de emissão.
- (E) aumento líquido de R\$ 285.000,00 no Patrimônio Líquido, sendo todo alocado na conta de Capital Social.

RASCUNHO

71 A empresa industrial Augusto Corrêa Ltda, que trabalha com a produção e comercialização de plantas ornamentais, preparou sua produção para o dia das mães no exercício de 2025. Em 01/05/2025, iniciou sua produção e, em 30/05/2025, apresentou os seguintes dados contábeis operacionalizados no respectivo período:

- Produção: 3.000 unidades totalmente acabadas.
- Custos Variáveis: R\$ 48.000,00.
- Custos Fixos: R\$ 60.000,00.
- Despesas Variáveis: R\$ 20.000,00.
- Despesas Fixas: R\$ 16.000,00.
- Não há estoques iniciais e finais de produtos em elaboração.
- Não há estoques iniciais de produtos acabados.
- Vendas Líquidas: 2.500 unidades a R\$ 80,00 cada, totalizando uma receita de R\$ 200.000,00.

A partir dos dados de produção e venda apresentados, o contador da industrial Augusto Corrêa Ltda decidiu conhecer o custo dos produtos vendidos (CPV) em maio de 2025. Para isso, fez uso dos métodos de custeio por absorção e do custeio variável. Sendo assim, é correto afirmar que o custo dos produtos vendidos (CPV) pelo custeio por absorção e pelo custeio variável, respectivamente, são

- (A) R\$ 107.000,00 e R\$ 48.000,00.
- (B) R\$ 104.000,00 e R\$ 57.000,00.
- (C) R\$ 90.000,00 e R\$ 40.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00 e R\$ 68.000,00.
- (E) R\$ 108.000,00 e R\$ 54.000,00.

72 Não satisfeito apenas com a informação sobre o custo da produção vendida (CPV), a diretoria da empresa industrial Augusto Corrêa Ltda, por necessidade de informações gerenciais, solicitou ao contador informações referentes à margem de contribuição das plantas ornamentais daquele período. Para atender a esta solicitação, o contador apurou o lucro líquido baseado no método de custeio variável. Então, com os mesmos dados da questão anterior, sobre a produção e comercialização de plantas ornamentais para o dia das mães, é correto afirmar que a industrial Augusto Corrêa Ltda auferiu um lucro líquido de

- (A) R\$ 140.000,00.
- (B) R\$ 160.000,00.
- (C) R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 64.000,00.
- (E) R\$ 74.000,00.

RASCUNHO

73 A empresa Igarapé Miri Industrial S.A atua no setor metalmecânico e possui duas frentes produtivas bem definidas. A primeira refere-se à fabricação contínua e padronizada de componentes metálicos utilizados na indústria automotiva, com produção em larga escala e processos sequenciais. A segunda frente corresponde à produção sob encomenda de equipamentos especiais, desenvolvidos conforme especificações técnicas exclusivas de cada cliente, com projetos não repetitivos e produção intermitente.

Diante da necessidade de garantir coerência entre o sistema produtivo e o sistema de acumulação de custos, a controladoria da Igarapé Miri Industrial S.A avalia a adoção simultânea dos sistemas de custeio por processos e por ordem de produção.

Com base nos fundamentos da contabilidade de custos e nos sistemas de acumulação de custos aplicáveis à produção contínua e à produção por encomenda, considere as assertivas a seguir:

- I. A coexistência, em uma mesma empresa, dos sistemas de custeio por processos e por ordem de produção é conceitualmente admissível, desde que cada sistema esteja vinculado a linhas produtivas distintas e estruturalmente compatíveis com suas características operacionais.
- II. A escolha entre custeio por processos e custeio por ordem de produção não afeta os princípios contábeis nem o tratamento fiscal dos custos, mas altera substancialmente os critérios de mensuração, acumulação e apropriação dos custos aos produtos.
- III. No sistema de custeio por processos, os custos são acumulados por departamentos ou centros de custos, e o custo unitário é obtido mediante a divisão do custo total acumulado no período pela quantidade de unidades equivalentes produzidas.
- IV. No sistema de custeio por ordem de produção, a identificação individual dos custos por lote ou encomenda é inviável, razão pela qual se faz necessária a utilização de critérios médios de rateio semelhantes aos empregados no custeio por processos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

74 A empresa Moju Processos Industriais S.A atua no beneficiamento de insumos orgânicos de origem vegetal, a partir de uma única matéria-prima básica. Ao final de um mesmo processo produtivo contínuo, a empresa obtém três tipos distintos de resultados: (i) produtos que representam a quase totalidade de seu faturamento e possuem mercado ativo e preços estáveis; (ii) produtos com valor de venda regular e condições normais de comercialização, porém com participação pouco relevante na receita total; e (iii) resíduos resultantes do processo produtivo, cuja geração pode ou não ocorrer em todos os ciclos produtivos e que, até eventual alienação, não apresentam valor econômico mensurável.

Considerando os conceitos de produção em conjunto e a classificação contábil dos produtos resultantes desse tipo de processo, analise as assertivas a seguir:

- I. Os produtos que respondem substancialmente pelo faturamento da Moju Processos Industriais S.A devem ser classificados como coprodutos, por resultarem simultaneamente do mesmo processo produtivo e compartilharem a mesma matéria-prima básica.
- II. Os produtos de menor relevância no faturamento global, embora apresentem valor de venda e condições normais de comercialização, devem ser classificados como subprodutos, por decorrerem normalmente do processo produtivo sem constituírem o objetivo principal da produção.
- III. Os resíduos conhecidos também como sucatas, que não possuem valor de venda significativo nem condições regulares de negociabilidade, não devem receber qualquer atribuição de custos de produção e, até sua eventual alienação, permanecem fora dos registros contábeis patrimoniais.
- IV. Os subprodutos, por possuírem valor de venda economicamente mensurável, devem receber apropriação proporcional dos custos conjuntos incorridos no processo produtivo, utilizando-se critérios de rateio semelhantes aos aplicáveis aos coprodutos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

75 A empresa Sabores do Manguê Ltda é um pequeno empreendimento familiar localizado na região metropolitana de Belém (PA), especializado na produção e comercialização de sopa artesanal de caranguejo, vendida principalmente para restaurantes populares e feiras gastronômicas locais.

Para o mês de outubro de 2025, período de maior demanda devido a eventos religiosos e culturais regionais, os proprietários solicitaram ao contador a determinação da quantidade mínima de sopas de caranguejo que deverá ser produzida e vendida para atender, simultaneamente, aos seguintes objetivos gerenciais:

- cobrir os custos fixos totais do período, no valor de R\$ 9.000,00, dos quais R\$ 3.000,00 referem-se à depreciação de equipamentos de cozinha industrial;
- pagar uma obrigação financeira referente à parcela mensal de um microcrédito produtivo no valor de R\$ 3.000,00, exigível no próprio mês;
- alcançar um lucro econômico desejado de R\$ 6.000,00, considerando o retorno mínimo esperado pelos proprietários.

O preço médio de venda unitário da sopa de caranguejo praticado pelo empreendimento é de R\$ 50,00, enquanto o custo variável unitário (insumos, embalagens, gás e mão de obra direta variável) corresponde a R\$ 20,00.

Considerando a aplicação conjunta e integrada dos conceitos de ponto de equilíbrio contábil, ponto de equilíbrio financeiro e ponto de equilíbrio econômico, é correto afirmar que a empresa Sabores do Manguê Ltda deverá produzir e vender, no mínimo, no mês de outubro de 2025,

- (A) 300 unidades.
- (B) 400 unidades.
- (C) 450 unidades.
- (D) 500 unidades.
- (E) 600 unidades.

D10 – AUDITORIA

76 Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Cia Papa Chibé S.A, uma companhia de capital aberto, o auditor independente identificou risco significativo de distorção relevante no reconhecimento de receitas, avaliado no nível das afirmações, em conformidade com a NBC TA 315. Para fins de planejamento, foram definidos materialidade planejada de R\$ 600.000,00 e materialidade de desempenho de R\$ 400.000,00, nos termos da NBC TA 320.

No decorrer dos trabalhos, foi identificada deficiência significativa de controle interno relacionada à segregação de funções no processo de faturamento, elevando a probabilidade de distorções relevantes, embora os procedimentos substantivos preliminares não tenham apontado distorções superiores à materialidade de desempenho. Diante dessa constatação, impõem-se a reavaliação da resposta do auditor aos riscos identificados.

Considerando as disposições das NBC TA 300, NBC TA 315, NBC TA 320 e NBC TA 330, em relação à resposta de auditoria tecnicamente adequada, é correto afirmar que o auditor deve

- (A) manter a estratégia originalmente planejada, baseada na confiança nos controles internos, uma vez que a inexistência de distorções relevantes identificadas indica que o risco residual está adequadamente mitigado.
- (B) reduzir a extensão dos procedimentos substantivos, considerando que a materialidade de desempenho não foi excedida e que a deficiência identificada não se materializou em erro relevante.
- (C) rever a estratégia de auditoria, pois a existência de deficiência significativa de controle interno compromete a confiabilidade dos controles e exige a ampliação da natureza, da época ou da extensão dos procedimentos substantivos.
- (D) manter a abordagem combinada, desde que os controles tenham sido adequadamente desenhados e documentados, independentemente de sua eficácia operacional ao longo do período.
- (E) planejar testes de controle adicionais apenas para o encerramento do exercício, dispensando a ampliação dos procedimentos substantivos, desde que os saldos finais permaneçam abaixo da materialidade planejada.

77 No curso da aplicação dos procedimentos adicionais de auditoria na Sourense S.A, o auditor independente identificou que determinados controles internos relevantes da empresa, considerados no planejamento como elementos essenciais para mitigar os riscos avaliados de distorção relevante, não foram implementados conforme descrito pela administração.

Considerando que a estratégia inicialmente planejada pressupunha a redução da extensão dos testes substantivos com base na confiança na eficácia operacional desses controles, verificou-se a necessidade de reavaliar a resposta do Auditor aos riscos identificados.

À luz da NBC TA 330 – Respostas do Auditor aos Riscos Avaliados –, especialmente quanto à natureza, época e extensão dos testes substantivos, é correto afirmar que

(A) o auditor pode manter os testes substantivos originalmente planejados, uma vez que a inexistência de distorções relevantes identificadas até o momento indica que o risco residual permanece aceitável.

(B) a não implementação dos controles internos permite ao auditor reduzir a extensão dos testes substantivos desde que os saldos examinados permaneçam abaixo da materialidade planejada.

(C) o auditor pode substituir a ampliação dos testes substantivos por procedimentos analíticos finais, complementados por representações formais da administração quanto à inexistência de distorções relevantes.

(D) o auditor deve restringir a execução de testes substantivos ao encerramento do exercício, dispensando sua ampliação, caso os controles sejam implementados posteriormente.

(E) o auditor deve aumentar a natureza, a época ou a extensão dos testes substantivos, para reduzir o risco de detecção a um nível aceitável, em razão da impossibilidade de confiar nos controles originalmente considerados no planejamento.

78 Ao definir a estratégia de auditoria para o encerramento do exercício social da Parauara Ltda, uma entidade de médio porte, o auditor independente concluiu, após a execução de testes de controle, que os controles internos relacionados ao ciclo de receitas estavam adequadamente desenhados e operaram de forma eficaz ao longo do período. Ainda assim, o auditor decidiu aplicar procedimentos substantivos com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

Considerando o papel dos procedimentos substantivos na obtenção de evidência de auditoria e sua relação com a avaliação dos riscos e a eficácia dos controles internos, é correto afirmar que

(A) os procedimentos substantivos somente são exigidos quando os testes de controle revelam falhas relevantes que comprometam a confiabilidade das informações contábeis.

(B) os procedimentos substantivos devem ser aplicados, em alguma extensão, para obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente, ainda que os controles internos tenham operado de forma eficaz.

(C) os procedimentos substantivos, quando executados de maneira extensiva, substituem os procedimentos de avaliação de riscos e os testes de controle realizados pelo auditor.

(D) os procedimentos substantivos destinam-se exclusivamente à validação de saldos de contas patrimoniais, não sendo aplicáveis à variação de classes de transações, como receitas.

(E) os procedimentos substantivos podem ser dispensadas quando o auditor obtém declarações formais da administração assegurando a fidedignidade das demonstrações contábeis.

79 Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Cia PapaChibé S.A, o auditor independente definiu materialidade global e materialidade de desempenho, tendo classificado os estoques como área de alto risco de distorção relevante. No decorrer dos trabalhos, foram executados procedimentos substantivos sobre estoques, com identificação de divergências superiores à materialidade de desempenho, posteriormente ajustadas pela administração. Todavia, nos papéis de trabalho, o auditor registrou apenas conclusões genéricas, sem documentar adequadamente a natureza, a época e a extensão dos procedimentos, nem evidenciar os julgamentos profissionais exercidos na avaliação dos riscos e na aplicação da materialidade. Em revisão de qualidade realizada por auditor experiente, sem envolvimento prévio no trabalho, concluiu-se que a documentação não permitia compreender a base das conclusões alcançadas.

Considerando os requisitos aplicáveis à documentação de auditoria, é correto afirmar que a documentação **(A)** atende à norma, pois as divergências foram ajustadas e o valor final ficou abaixo da materialidade global planejada, sendo dispensável o detalhamento do julgamento profissional.

(B) é suficiente, pois a norma não exige o registro do julgamento profissional, desde que os procedimentos tenham sido efetivamente executados.

(C) somente seria considerada inadequada se as divergências identificadas não tivessem sido ajustadas pela administração ou se superassem a materialidade global.

(D) é inadequada, pois deve permitir compreender os procedimentos executados, os julgamentos profissionais adotados e a base das conclusões alcançadas.

(E) é adequada, uma vez que os papéis de trabalho possuem caráter auxiliar e não precisam demonstrar como a materialidade de desempenho foi considerada.

80 Ao examinar os critérios de reconhecimento de receitas adotados pela TechPlus S.A, o auditor independente identificou o registro antecipado de receitas no montante total de R\$ 3.200.000,00, relativos a contratos de longo prazo sem entrega substancial dos serviços contratados. Do total identificado,

- R\$ 1.100.000,00 decorrem de interpretação inadequada das normas contábeis aplicáveis, segundo justificativas técnicas da administração;

- R\$ 2.100.000,00 foram registrados de forma intencional, com o objetivo de atingir metas de desempenho, conforme admitido por gestores envolvidos.

Considerando os conceitos de erro e fraude, o ceticismo profissional e a resposta do auditor aos riscos identificados, analise as afirmativas a seguir.

I. O reconhecimento antecipado de receitas no valor de R\$ 1.100.000,00 caracteriza erro, cabendo ao auditor manter ceticismo profissional e avaliar se a alegação de interpretação inadequada é consistente com outras evidências obtidas.

II. O reconhecimento antecipado de receitas no valor de R\$ 2.100.000,00 caracteriza fraude, exigindo do auditor a ampliação dos procedimentos substantivos, a reavaliação do risco de fraude e a consideração de impactos sobre sua estratégia de auditoria.

III. Diante da coexistência de justificativas conflitantes apresentadas pela administração, o auditor pode reduzir o nível de ceticismo profissional, desde que os valores sejam ajustados antes da emissão do relatório.

É(São) correta(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

81 No contexto da auditoria das contas públicas de um município do interior do Pará, o auditor avaliou os riscos de distorção relevante associados à execução de despesas de um programa de saneamento básico financiado com recursos federais. Constatou-se o registro de despesas sem a correspondente execução dos serviços, prática intencionalmente adotada pela administração com a finalidade de viabilizar a liberação de novos repasses.

Considerando a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante, inclusive os relacionados à fraude, e os princípios de controle interno, é correto afirmar que a situação descrita evidencia, de forma concomitante,

(A) risco de detecção elevado, uma vez que a distorção somente foi identificada após a aplicação de procedimentos substantivos.

(B) risco inerente elevado, em razão da intenção do registro indevido, e risco de controle, pela inexistência ou ineficácia de controles internos capazes de preveni-lo ou detectá-lo.

(C) risco de controle exclusivamente, pois a distorção decorre da falha nos mecanismos internos de autorização e registro, independentemente da intenção da administração.

(D) risco inerente reduzido e risco de controle elevado, tendo em vista que a prática foi adotada por decisão gerencial e não em função da complexidade das transações.

(E) risco de auditoria residual, uma vez que a justificativa apresentada pela administração descaracteriza a ocorrência de distorção relevante.

82 A Audinorte é uma firma de auditoria independente que mantém sistema de gestão da qualidade devidamente estabelecido, incluindo políticas e procedimentos relativos à ética, independência, direção, supervisão, revisão do trabalho e à revisão de qualidade do trabalho, quando aplicável. Determinado trabalho de auditoria foi classificado, de acordo com as políticas da firma, como sujeito à revisão de qualidade do trabalho antes da emissão do relatório do auditor.

No decorrer desse trabalho específico, verificou-se que o sócio responsável não promoveu comunicação adequada quanto à importância da qualidade, não assegurou que os membros da equipe compreendessem e cumprissem os requisitos éticos e de independência, nem estabeleceu procedimentos apropriados de direção, supervisão e revisão, apesar da existência da revisão de qualidade do trabalho prevista.

Considerando exclusivamente as disposições da norma que trata da gestão da qualidade da auditoria de demonstrações contábeis, analise as assertivas a seguir.

I. A existência de sistema de gestão da qualidade e de revisão de qualidade do trabalho transfere ao revisor a responsabilidade primária pela qualidade do trabalho de auditoria.

II. A responsabilidade do sócio responsável pela promoção da qualidade no nível do trabalho não é substituída pela existência de sistema de gestão da qualidade nem pela realização da revisão de qualidade do trabalho.

III. A realização da revisão de qualidade do trabalho elimina a necessidade de o sócio responsável estabelecer direção, supervisão e revisão adequadas durante a execução da auditoria.

É(São) correta(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

83 Na execução de procedimentos de auditoria destinados à verificação da existência de estoques, um auditor independente utilizou amostragem estatística para testar o estoque de pescado congelado mantido pela Coopespa, uma cooperativa sediada na cidade de Santarém/PA. A população era composta por 12.000 itens, classificada como área de alto risco de distorção relevante, em razão da recorrência de registros de entradas sem documentação comprobatória adequada.

No planejamento da amostra, o auditor definiu erro tolerável compatível com a materialidade aplicada ao saldo de estoques, estimou erro esperado relevante e selecionou a amostra por método aleatório. Concluídos os testes, foram identificadas distorções na amostra, cuja projeção para a população, somada às distorções não amostrais conhecidas, superou o erro tolerável.

Considerando as disposições da norma de auditoria que trata da avaliação dos resultados da amostragem, é correto afirmar que o auditor deve

(A) aceitar o saldo de estoques, desde que a distorção projetada seja inferior à materialidade global aplicada às demonstrações contábeis.

(B) concluir que a amostra não é representativa, devendo descartá-la e selecionar nova amostra, independentemente da natureza das distorções identificadas.

(C) solicitar ajustes à administração ou ampliar os procedimentos de auditoria, avaliando os efeitos da distorção projetada sobre as demonstrações contábeis.

(D) limitar-se à projeção estatística da distorção, dispensando a consideração de distorções não amostrais conhecidas.

(E) reduzir o erro tolerável, mantendo inalterada a extensão dos procedimentos originalmente planejados.

84 A LogBelém Ltda é uma empresa do setor de logística que registra, processa e consolida suas transações contábeis e financeiras por meio de sistemas de processamento eletrônico de dados integralmente terceirizados a um prestador de serviços de tecnologia da informação. O reconhecimento, a classificação e a consolidação das transações dependem de controles automatizados incorporados aos sistemas, bem como de controles gerais de tecnologia da informação mantidos pelo prestador.

No planejamento da auditoria, o auditor independente identificou que a LogBelém Ltda não implementou controles complementares para mitigar riscos decorrentes do uso dos sistemas terceirizados, não monitora a eficácia dos controles gerais de TI do prestador e não dispõe de relatórios independentes sobre tais controles. Diante desse cenário, o auditor avaliou a possibilidade de confiar nos controles automatizados relevantes para reduzir a extensão dos procedimentos substantivos.

Considerando as normas de auditoria relativas à identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, à resposta do auditor aos riscos avaliados e às entidades que utilizam prestadores de serviços, é correto afirmar que o auditor deve

(A) concluir que, na ausência de controles gerais de TI eficazes e de controles complementares, não é apropriado confiar nos controles automatizados, devendo intensificar os procedimentos substantivos.

(B) testar diretamente os controles automatizados relevantes, ainda que não haja evidência sobre a eficácia dos controles gerais de TI do prestador.

(C) confiar nos controles automatizados incorporados aos sistemas, uma vez que a automação reduz o risco de erro humano, dispensando testes adicionais.

(D) limitar sua avaliação aos controles do prestador de serviços, desconsiderando os controles automatizados específicos que afetam as demonstrações contábeis.

(E) classificar a situação como risco de detecção elevado, mantendo inalterada a estratégia de auditoria originalmente planejada.

85 No exame das demonstrações contábeis de uma empresa de mineração situada no sudeste do Pará, o auditor independente identificou, no exercício social de 2025, a ocorrência das seguintes transações com pessoas e entidades que mantêm vínculos específicos com a companhia:

- venda de minério para sociedade controlada, no montante de R\$ 4.800.000,00;
- concessão de empréstimo sem encargos financeiros ao sócio majoritário, no valor de R\$ 2.200.000,00;
- aquisição de equipamentos de empresa pertencente a familiares de um dos diretores, no valor de R\$ 1.000.000,00.

Para fins de planejamento, o auditor estabeleceu materialidade global de R\$ 5.000.000,00.

Considerando as responsabilidades do auditor quanto à identificação, avaliação e divulgação de transações com partes relacionadas, bem como os aspectos quantitativos e qualitativos da materialidade, é correto afirmar que a principal preocupação do auditor deve ser

(A) desconsiderar as transações que não ultrapassem a materialidade global, uma vez que não produzem impacto relevante nas demonstrações contábeis.

(B) restringir sua análise à venda de minério para a controlada, por ser a única transação cujo valor se aproxima da materialidade global definida.

(C) avaliar as transações sob a ótica qualitativa, pois operações com partes relacionadas, podem afetar a adequada divulgação das demonstrações contábeis.

(D) concluir que o empréstimo concedido ao sócio majoritário caracteriza automaticamente fraude, em razão da inexistência de encargos financeiros.

(E) exigir divulgação apenas da aquisição de equipamentos, por se tratar da transação de menor valor e, portanto, mais sensível ao conceito de materialidade.

86 A Marambaia S.A, sociedade empresária do setor de alimentos, encerrou suas demonstrações contábeis em 31/12/2024 apresentando contas a receber no montante de R\$ 10.000.000,00, das quais R\$ 2.500.000,00 referiam-se a um único cliente responsável por parcela relevante do faturamento da companhia. Na data do balanço, esse cliente já apresentava atrasos recorrentes nos pagamentos e indícios objetivos de deterioração de sua capacidade financeira, fato conhecido pela administração.

Em fevereiro de 2025, antes da data do relatório do auditor independente, o referido cliente teve sua falência decretada judicialmente, tornando incerta a recuperação do valor em aberto.

À luz dos procedimentos de auditoria aplicáveis a eventos ocorridos após a data das demonstrações contábeis, o auditor deve concluir que esse evento

(A) não requer qualquer ajuste nos valores apresentados em 31/12/2024, uma vez que a decretação da falência ocorreu após a data-base das demonstrações contábeis.

(B) deve ser apenas divulgado em notas explicativas, sem reconhecimento de ajustes, por se tratar de evento subsequente que não guarda relação com condições existentes na data do balanço.

(C) exige o reconhecimento integral de perda apenas nas demonstrações contábeis do exercício de 2025, período em que a falência foi formalmente decretada.

(D) deve ser tratado como evento subsequente não ajustável, ainda que existam indícios de inadimplência relevantes antes do encerramento do exercício social.

(E) deve resultar em ajuste nas demonstrações contábeis de 31/12/2024, pois a falência evidencia condição existente naquela data, afetando a mensuração dos créditos a receber.

87 No curso da auditoria das demonstrações contábeis da Terra Quase Firme S.A, o auditor identificou que o saldo de contas a receber corresponde a parcela relevante do ativo total e está sujeito a riscos significativos relacionados à existência e à mensuração. Para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, o auditor avaliou a confiabilidade relativa de diferentes procedimentos possíveis.

Considere as afirmativas a seguir, relativas à confiabilidade da evidência de auditoria obtida:

I. Evidência obtida diretamente de fontes externas independentes da entidade tende a ser mais confiável do que aquela gerada internamente, quando as fontes externas são consideradas competentes e imparciais.

II. Evidência obtida por meio de procedimentos analíticos substantivos é, em regra, mais confiável do que evidência obtida por testes diretos de detalhes, quando aplicada a saldos individualmente relevantes.

III. Evidência obtida diretamente pelo auditor, por meio da aplicação de procedimentos como confirmação externa ou recálculo, tende a ser mais confiável do que evidência obtida indiretamente ou por inferência.

À luz dessas afirmativas, é correto afirmar que está(ão) correta(s)

(A) apenas I e II.

(B) apenas I e III.

(C) apenas I.

(D) apenas II e III.

(E) I, II e III.

88 A Cia Papa Chibé S.A apresentou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para a auditoria independente, apurando ativo total de R\$ 50.000.000,00, receita líquida de R\$ 80.000.000,00 e lucro líquido de R\$ 4.000.000,00.

No curso dos trabalhos, o auditor identificou as seguintes ocorrências:

- I. A administração impôs limitação relevante ao acesso aos registros e documentos comprobatórios dos estoques, avaliados em aproximadamente R\$ 12.000.000,00, correspondentes a 24% do ativo total e 15% da receita líquida, impossibilitando a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à existência, propriedade e avaliação desses ativos.
- II. Constatou-se que parte do ativo imobilizado se encontrava superavaliada em R\$ 2.000.000,00, representando 4% do ativo total e 50% do lucro líquido do exercício, sendo a distorção considerada relevante, porém não generalizada, uma vez que se restringe a esse grupo específico de contas.
- III. Foram identificadas distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis, incluindo reconhecimento indevido de receitas, ausência de provisões para contingências passivas relevantes e mensuração inadequada de ativos, cujos efeitos combinados ultrapassam R\$ 10.000.000,00, comprometendo de forma ampla a fidedignidade da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.

Considerando as disposições da NBC TA 705 (R1) – Modificações na opinião do auditor independente –, o auditor deverá emitir, respectivamente, para as situações I, II e III, relatório com

- (A) abstenção de opinião, opinião com ressalva e opinião adversa, respectivamente, de limitação relevante e generalizada, distorção relevante não generalizada e distorções relevantes e generalizadas.
- (B) opinião com ressalva, opinião adversa e abstenção de opinião, uma vez que a limitação de alcance e as distorções observadas comprometem parcialmente as demonstrações contábeis.
- (C) opinião adversa, opinião com ressalva e opinião sem ressalva, tendo em vista que apenas a primeira situação impede a formação de opinião adequada.
- (D) opinião sem ressalva com parágrafo de ênfase, opinião adversa e abstenção de opinião, respectivamente, de incertezas relevantes, distorções generalizadas e limitação no alcance da auditoria, considerando a materialidade relativa dos valores envolvidos.
- (E) abstenção de opinião, opinião adversa e opinião com ressalva, respectivamente, de limitação no alcance, distorções generalizadas e distorções relevantes não generalizadas.

89 O Governo do Estado do Pará, em parceria com a ANEEL, iniciou um processo de fiscalização sobre a concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica na região metropolitana de Belém. Durante a auditoria regulatória, foi exigido que a empresa apresentasse informações detalhadas sobre os custos, as receitas e os investimentos associados exclusivamente à prestação do serviço público de energia elétrica, independentemente das demais atividades empresariais exercidas pela entidade.

Considerando as disposições da Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, a exigência descrita tem por finalidade principal

- (A) substituir as práticas contábeis societárias por um modelo regulatório único, afastando a aplicação da Lei nº 6.404/1976 às concessionárias de energia elétrica.
- (B) assegurar o atendimento às obrigações tributárias da concessionária, mediante padronização contábil voltada à apuração de tributos incidentes sobre o serviço público.
- (C) permitir a segregação entre as contabilidades societária e regulatória, viabilizando a avaliação, pela ANEEL, da eficiência econômica e do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- (D) facultar à concessionária a adoção de práticas contábeis específicas apenas para fins internos de gestão, sem repercussões no processo regulatório.
- (E) restringir o uso das informações contábeis regulatórias ao controle patrimonial dos bens vinculados à concessão, sem influência sobre a definição de tarifas ou fiscalização de custos.

90 Em procedimento eletrônico de licitação, o governo do Estado do Pará estabeleceu que os documentos apresentados deveriam conter assinatura digital baseada em certificado emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Durante a fase de habilitação, um licitante questionou a exigência, alegando que outros meios eletrônicos poderiam ser utilizados para comprovar a autoria e a integridade dos documentos apresentados.

À luz da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, a exigência de assinatura digital com certificado da ICP-Brasil justifica-se porque tal assinatura

(A) confere presunção absoluta de validade jurídica aos documentos eletrônicos, vedada a utilização de quaisquer outros meios de comprovação de autoria e integridade.

(B) é o único meio juridicamente admissível para conferir eficácia probatória a documentos eletrônicos produzidos no âmbito da Administração Pública.

(C) produz efeitos jurídicos apenas no âmbito interno da Administração Pública, não sendo oponível a terceiros estranhos ao procedimento licitatório.

(D) tem como finalidade exclusiva a substituição da assinatura manuscrita, não sendo aplicável à comprovação de integridade de documentos eletrônicos.

(E) assegura presunção legal de autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos, considerando-se a utilização de outros meios de comprovação admitidos em direito.

D11 - ECONOMIA REGIONAL

91 Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores demográficos do Estado do Pará:

I. O grupo etário com redução mais expressiva de sua participação na população paraense entre 2011 e 2022 foi o de crianças e adolescentes (considerando os grupos de 0 a 19 anos).

II. Houve uma redução na participação da fecundidade, entre 2011 e 2022, no Estado do Pará, principalmente no grupo etário de mães de 15 a 24 anos, com um aumento no grupo de 25 a 34 anos.

III. A razão de dependência do Estado do Pará teve uma redução de quase 10 pontos percentuais entre 2011 e 2022, ao passo que a proporção de idosos teve uma redução de pouco mais de 3 pontos percentuais no mesmo período.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II e III.

92 Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores sociais de saúde do Estado do Pará:

I. O Estado do Pará vivenciou, entre 2010 e 2022, uma redução das taxas de mortalidade infantil e na infância.

II. O número de médicos por 10 mil habitantes no Estado do Pará praticamente triplicou (aumento superior a 150%) no Estado do Pará entre 2010 e 2022.

III. O número de leitos hospitalares no Estado do Pará, por mil habitantes, teve um aumento de mais de 30% no período entre 2010 e 2022.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

- 93** Considere as seguintes afirmativas sobre os indicadores sociais de educação do Estado do Pará:
- I. Durante os anos de 2010 e 2022, houve uma queda na distorção idade-série, tanto no ensino médio no Estado do Pará quanto no fundamental, entretanto, a distorção observada no ensino fundamental continua superior à observada no ensino médio.
 - II. A distorção idade-série no ano de 2023 no Estado do Pará observada no ensino médio mostrou-se superior à observada no ensino fundamental.
 - III. O desempenho das escolas públicas no IDEB teve uma melhora no Estado do Pará entre os anos de 2005 e 2023, com um aumento mais acentuado dos anos finais do ensino fundamental que nos anos iniciais do ensino fundamental.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

94 No contexto da economia paraense, é correto afirmar que:

- (A) entre 2010 e 2022 o PIB per capita nominal paraense passou de R\$10.875 para R\$39.095 correntes.
- (B) o saldo das operações de crédito para pessoas físicas no Estado do Pará teve um aumento mais expressivo do que aquele destinado às pessoas jurídicas, considerando o período de 2010 a 2022.
- (C) em 2024 os repasses de IPVA foram superiores aos de IPI e de ICMS no Estado do Pará.
- (D) no Estado do Pará, em 2022, considerando a receita bruta de serviços, o principal segmento de serviços paraense foi o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, seguido pelo de serviços profissionais, administrativos e complementares.
- (E) em 2022, a maior parte das indústrias do Pará atua no setor de indústrias extrativas.

95 Considere as seguintes afirmativas sobre a agropecuária no Estado do Pará:

- I. A produção física de leite no Estado do Pará apresentou pequenas variações entre 2010 e 2023, quando comparada ao seu valor da produção, que aumentou mais de 100%.
- II. A produção física de ovos no Estado do Pará teve um aumento de mais de 100% entre 2010 e 2023 no Estado do Pará e seu valor da produção praticamente triplicou no período (aproximadamente, de 77mi para 259mi entre 2010 e 2023).
- III. Entre 2010 e 2023 a cultura agrícola temporária com maior aumento absoluto no valor da produção foi a soja (em grão), seguida pela mandioca.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

96 No contexto recente do setor agropecuário paraense, é correto afirmar que:

- (A) entre 2015 e 2023 a cultura agrícola permanente com maior aumento absoluto de área destinada à colheita foi o cacau, seguido pelo açaí e depois pelo dendê.
- (B) entre 2015 e 2023 a cultura agrícola permanente com maior aumento absoluto no valor da produção foi o dendê, seguido pelo açaí e depois pelo cacau.
- (C) entre 2010 e 2023 a cultura agrícola temporária com maior aumento absoluto de área plantada foi o milho (em grão), seguido pela soja (em grão).
- (D) em 2023, as três maiores culturas da lavoura temporária, em área plantada, no estado do Pará eram o milho, em seguida estava a soja, e em terceiro lugar estava a mandioca.
- (E) em 2023, as três maiores culturas da lavoura temporária, em valor da produção, no estado do Pará eram a Soja, em seguida estava a Mandioca, e em terceiro lugar estava o milho.

- 97** No contexto recente dos setores paraenses de comércio e serviços, é correto afirmar que
- (A) no setor de comércio do Estado do Pará, em 2022, a receita bruta de revenda do comércio por atacado foi superior à receita bruta de revenda do comércio varejista.
 - (B) no setor de comércio do Estado do Pará, em 2022, a margem de comercialização do comércio por atacado foi superior a do comércio varejista.
 - (C) em 2022, no estado do Pará, a maior parte das unidades empresariais do setor de serviços foi na categoria de Serviços prestados às famílias, seguida pela categoria de Serviços profissionais, administrativos e complementares.
 - (D) dentre as atividades de serviço classificadas como de Serviços prestados às famílias, aquelas com maior pessoal ocupado em 2022 foi a de Ensino Continuído, seguida pela de Serviços de alojamento e alimentação.
 - (E) dentre as atividades de serviço classificadas como de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, aquelas com maior receita bruta de serviços em 2022 foi a de Transporte rodoviário, seguida de outros transportes.

98 Considere as seguintes afirmativas sobre o Cadastro Ambiental Rural:

- I. A área de CAR em 2025 foi superior a 500 mil quilômetros quadrados no Estado do Pará.
- II. A área cadastrável do cadastro ambiental rural no Estado do Pará é de 584 mil km², o equivalente a aproximadamente 85% da área territorial do Estado.
- III. Em 2024, o cadastro efetivo do CAR (Cadastro Ambiental Rural) do Estado do Pará chegou a 85,54% da área cadastrável.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

99 Considere as seguintes afirmativas sobre o setor agropecuário paraense:

- I. O rebanho total de galináceos teve um aumento superior a 100% entre 2010 e 2023 no Estado do Pará, ultrapassando o rebanho bovino em cabeças até o final desse período.
- II. Dentre os rebanhos com menor variação absoluta entre o ano de 2010 e 2023 no Estado do Pará, destaca-se o rebanho bubalino (de 734 mil para 706 mil cabeças).
- III. Em 2023, a extração vegetal alimentícia de maior valor da produção no estado do Pará era o Açaí, seguido pela castanha-do-pará.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

100 Considere as seguintes afirmativas sobre o mercado de trabalho paraense:

- I. Entre 2010 e 2023, foi observada uma prevalência dos vínculos de emprego formal no mercado de trabalho paraense por profissionais do sexo masculino, ocupando a maior parte dos cargos de trabalho no Estado.
- II. Considerando o rendimento médio real do trabalho principal dos trabalhadores paraenses, entre 2012 e 2022, um nível de escolaridade com redução consistente de rendimento médio real foi o de cargos de pessoas com ensino superior incompleto ou equivalente.
- III. Considerando agrupamento de atividades no trabalho principal, em 2023, o setor com maior rendimento médio real efetivamente recebido foi o de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.